



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO - ECO

Onde estão os negros no telejornalismo?

Estratégias para o apagamento do preconceito racial no trabalho

Valter França

Rio de Janeiro
2006



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO - ECO

Onde estão os negros no telejornalismo?

Estratégias para o apagamento do preconceito racial no trabalho

Valter França

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social (habilitação Jornalismo).

Orientador: Prof. Dr. William Dias Braga

Rio de Janeiro
2006

Onde estão os negros no telejornalismo?
Estratégias para o apagamento do preconceito racial no trabalho

Valter França

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social (habilitação Jornalismo).

Aprovada em _____

Prof. Dr. William Dias Braga

Prof. Titular Muniz Sodré de Araújo Cabral

Prof^a. Dr^a. Ana Paula Goulart Ribeiro

Rio de Janeiro
2006

Aos meus pais Walter e Vilma,
exemplos de dignidade e humildade,
por me permitirem sonhar.

A minha irmã Jaqueline
e ao meu cunhado André
que me deram a
mais nova fonte de inspiração:

Pedro Paulo -
Eu também de amo!

Agradecimentos

Na atividade de “*brainstorm*” que foi o desenvolvimento deste texto contraí enormes dívidas com algumas pessoas, as quais me abriram caminhos, auxiliaram na visão de outras questões inerentes ao trabalho e que, principalmente, não me deixaram esmorecer e me fizeram (re)descobrir a confiança que acreditava ter perdido. Sempre é possível esquecer alguém que trouxe uma luz na hora de sombras.

Aos amigos, Diego do Carmo, Gênis Fidelis, Rafael Galdo, Rodrigo Monteiro, companheiros ótimos de ouvido e melhores ainda na arte da paciência.

A Cristine Gerk, ancoradouro das dúvidas e responsável por me cobrar, na ausência do Rafael.

Ao novo companheiro Pedro David, que não cansou de ficar horas depois do trabalho só para corrigir um texto ou lembrar de algo que já tinha lido e poderia me ajudar.

A Janaína Michalski, incansável, da apuração à motivação.

Ao professor William Braga, guerreiro das últimas horas e revisor implacável.

À Globonews, personalizada em Rosa Magalhães e Alice Maria, que me permitiu perceber o problema aqui debatido e que abriu portas ao meu conhecimento.

Enfim, a todos - homens e mulheres - que me aturaram durante um período difícil mas que foi extremamente frutuoso. É sempre preciso saber a hora de plantar e a hora de colher. E muitos me ajudaram nesse projeto.

Sem arrependimentos, meus sinceros agradecimentos a todos vocês.

Resumo

O presente trabalho monográfico visa responder a uma pergunta que salta aos olhos todas as vezes que assistimos a um telejornal: onde estão os negros no telejornalismo? Muniz Sodré afirma que o negro sempre esteve limitado as funções chamadas “de cozinha”, no jargão jornalístico. E até que ponto essa ausência ajuda a perpetuar o ideal de inferioridade da raça negra, já que as pautas são influenciadas – e diria, prejudicadas – pela falta de uma visão diferente da que atualmente habita as redações. Em um país que tem mais de setenta milhões de negros, não é possível que Heraldo Pereira tenha sido o primeiro o negro a ancorar o Jornal Nacional – assistido por mais de noventa milhões de brasileiros – depois de trinta e cinco anos de existência do telejornal. Ricardo Alexino e Joel Zito lembram que a visão de si mesmo ajuda a moldar o caráter. Se é assim, como as novas gerações de afro-descendentes podem se conceber se o espelho moderno, na era da imagem por excelência não o representa? Para responder a esta questão, começarei por descrever o percurso histórico da raça negra em terras tupiniquins, destacando leis e outros dispositivos menos válidos para submeter o negro ao poder do senhor europeu. Duas cidades são destacadas por serem as principais receptoras dos cerca de 75 milhões de africanos que chegaram ao Brasil na condição de escravos e segundo por sua importância política como ex-capitais nacionais. Outra linha de estudo será das idéias, e dos discursos que as justificam, que conduzem à desvalorização dos indivíduos de pele escura. Começaremos no fim do século XVIII, período que Todorov considera o marco do início das idéias racialistas, a Época das Luzes. Trazendo a análise do discurso para mais perto, analisaremos expoentes da cultura brasileira como Joaquim Nabuco, um dos principais defensores da Abolição, e de Gilberto Freyre, mentor do mito da igualdade racial, que, como veremos, não passa de uma ideologia de branqueamento da população. Ideal que a pesquisa mostrará permanece dentro das redações, dentro dos chamados “formadores de opinião ou, mais exageradamente, do quarto poder, já que segundo dados do RAIS, do Ministério do Trabalho, apenas 1,16% dos quase 2.600 jornalistas que responderam ao questionário na cidade do Rio de Janeiro são negros. Se declararam brancos 73% e não responderam o quesito cor um pouco mais de 17%. Na cidade onde fica a sede da maior empresa de jornalismo do país poucos são os afro-descendentes que circulam pela redação. E este é o estudo de caso. Analisarei o canal de jornalismo 24 horas Globonews. A pesquisa constatou que dos 128 jornalistas que trabalham nas principais funções editoriais – editores de texto, redatores, produtores, apresentadores e repórteres - apenas 2,34% são negros . Com a análise do discurso, da história e o estudo de caso acredito contemplar todas as faces da questão.

Palavras-chave: negro, televisão, história, mídia, raça, racismo.

Abstract

The present work looks forward to answer the question that becomes evident every time we watch the news on television: where are the blacks in telejournalism? Muniz Sodré states that the black has always been limited to functions qualified as “of kitchen”, in the journalism slang. To which extent does this absence helps to perpetuate the ideal of inferiority in the black race, since the guide lines are influenced- and would say, prejudiced – by the lack of a different vision from the one that is found, nowadays, in the editorial staff. In a country composed by more than seventy million blacks, it’s not possible that only Heraldo Pereira has been, so far, the only black person to present Jornal Nacional – watched by more than ninety million Brazilians – after thirty five years of existence of the news broadcast. Ricardo Alexino and Joel Zito remember that the self image of the individual helps to develop the moral attitude. If so, how can the new generations of African descendents look at themselves if the modern mirror, in the age of the image by excellence does not represent them. To answer this question, I will begin to describe the historical movement of the black race into Brazilian lands, pointing out laws and other less valid measures which kept the black submitted to the power of the European sir. Two cities are evidenced because of the fact that they were the main receptors of the 75 million Africans who came to Brazil as slaves and secondly because of its political importance as former national capitals. Other line in the study will focus on the ideas and on the discourses that justify them, which conduct to the depreciation of the dark colored individuals. We will begin in the end of the eighteenth century, period which Todorov considers the initial mark of the racist ideas, the age of the lights. Bringing out the analysis of discourse to a closer stage, we will analyze exponents of the Brazilian culture as, for instance, Joaquim Nabuco, one of the main defendants of the abolition and Gilberto Freyre, mentor of the racial equality myth, which, as we will see, does not stand more than an ideology of population whitening. Ideal which remains inside the editorial staff, as the research shows, inside the so called “opinion makers” or, more exaggeratedly, the fourth power, as according to RAIS fundamental principles, of the Work Ministry, only 1,16% of the almost 2.600 journalists who responded to the questioning in the city of Rio de Janeiro are black. 73% declared to be white and a little more than 17% decided not to answer this specific question. In the city where stays the center of the biggest television enterprise in the country, few are the African descendants who circulate in the editorial staff. And this is the study case. I will analyze the 24 hour journalism channel Globonews. The research verified that among the 128 journalists who work in the main editorial functions – text editors, redactors, producers, anchors and reporters – only 2, 34% are blacks. With the analysis of discourse, the history and the study case, I believe to be able to contemplate all the faces of the question.

Key Words: Black, television, history, media, race, racism.

Sumário

Introdução.....	1
1 História de segregação	6
1.1 Salvador: primeira capital, primeiro porto.....	6
1.2 Leis e líderes.....	9
1.3 Rumo ao Rio de Janeiro.....	11
2 Televisão, o espelho.....	13
3 Racismo, Sexismo e Universalismo na ótica capitalista.....	19
4 Idéias, atos, “Raça”, inferioridade.....	22
4.1 Racismo sob as claras Luzes.....	23
4.2 “Democracia racial”.....	28
4.3 Reais atos racistas.....	30
4.4 Diferenças e mais diferenças.....	31
5 O trabalho negro na Globonews.....	34
6 Discurso da casa.....	37
Conclusão.....	40
Referências Bibliográficas.....	40

Introdução

Esta pesquisa tem por objetivo compreender e analisar a participação do negro no mercado de trabalho em comunicação – em especial no campo do jornalismo televisivo – e tentar responder à seguinte questão: onde estão os negros nas redações de telejornalismo no Brasil? A pesquisa nasceu de uma inquietação pessoal quando pude observar que poucos negros trabalham nos departamentos de jornalismo da Rede Globo de Televisão. À exceção dos jornalistas Heraldo Pereira (apresentador do JN e repórter em Brasília), Zileide Silva (repórter em Brasília), Dulcinéa Novaes (repórter em Curitiba), Glória Maria (apresentadora do Fantástico), Alex Souza (repórter no Rio de Janeiro), Liça Oliveira (apresentadora do Esporte Espetacular) e Abel Neto (repórter em São Paulo). As redações do Departamento de Jornalismo da Rede Globo de Televisão possuem em seus quadros, em sua esmagadora maioria, trabalhadores brancos. Os negros que atuam neste departamento geralmente estão vinculados ao Sindicato dos Radialistas, com salários menores, em “atividades-meio” (motoristas, operadores de áudio e vídeo, iluminadores, câmeras, operadores de VT), ao tempo que os brancos desempenham seu trabalho em “atividades-fim” (repórteres, editores de texto, apresentadores). Isto poderá ser melhor compreendido no capítulo dedicado à análise da participação do profissional negro no Departamento de Jornalismo no canal por assinatura Globo News.

Muito já se pesquisou sobre o assunto, algumas pessoas dedicam suas vidas a pensar sobre esta questão, mas principalmente, existem grupos que lutam contra a problemática social que é a representação do negro na sociedade brasileira. Como por exemplo o Geledés – Instituto da Mulher Negra, Cojira – Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial, MNU – Movimento Negro Unificado.

O cineasta e pesquisador Joel Zito de Araújo ressalta em entrevista ao site ComCiência que a participação do negro na TV não passa de dez por cento e que existem mais negros na televisão dinamarquesa que na brasileira, onde a população é majoritariamente de pele escura – 47% da população se declarou negro ou pardo no censo de 2000. Fora do noticiário, é fácil perceber que nas telenovelas brasileiras – um dos maiores orgulhos do Brasil e produto de exportação para dezenas de outros países -, os afro-descendentes sempre estão relegados ao papel de escravos, “malandros”, ou profissionais com baixo prestígio e que não exigem formação acadêmica, como empregadas domésticas e motoristas, como explica também Joel Zito.

Assim é apresentada a identidade negra: com os programas ficcionais relegando negros a profissões que não exigem formação acadêmica ou a escravos; e os programas não-ficcionais, os noticiários, reservando para as pessoas de pele escura, na maioria das vezes, as tarefas ditas “de cozinha”, isto é, aquelas que se desempenham nos bastidores do serviço, longe da visibilidade pública.¹ Podemos perceber então, que a formação da identidade sugerida pela visão euro-centrista influenciou tanto a mídia quanto a ficção e, estas por sua vez, ajudam a perpetuar este ideal. Formando assim, um círculo vicioso de reflexo e formação que merece ser estudado. A construção da identidade, como afirma Stuart Hall, acontece ao longo tempo, através de processos inconscientes. “Existe sempre algo ‘imaginário’ ou fantasiado sobre sua unidade (...). Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento”.² Kathryn Woodward complementa o pensamento de Hall ao escrever que “é por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência, àquilo que somos”.

E ainda:

A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser?³

A identificação, a construção da personalidade, da identidade, da maneira como você olha para você mesmo se dá através do espelho. Os indivíduos são um reflexo do que vêem. Então, como é que uma população inteira – a população negra total do Brasil é duas vezes maior que o número de habitantes da França – pode se descobrir, pode valorizar suas diferenças em relação a brancos e mestiços se não se enxergam não espelho, se não tem fontes de motivação e inspiração visíveis? Muniz Sodré afirma em seu livro “A máquina de Narciso” que o espelho moderno – ou melhor, contemporâneo – é a televisão. Portanto se faz necessário um novo olhar sobre como o maior veículo de comunicação de massa do país – existem mais televisores que geladeiras no Brasil – pensa e representa a negritude.

É por isso que o psicólogo e pesquisador Ricardo Franklin Pereira diz que enquanto as crianças negras continuarem tendo somente mulheres brancas e loiras como padrão de beleza, elas terão dificuldade em aceitar as suas qualidades. É o que Zito já identificava

¹ SODRÉ, 2000

² HALL, 2000

³ WOODWARD, 2000

como “Ideologia do branqueamento” que surgiu com Gilberto Freyre e foi reforçado por outros autores.

Tomaz Tadeu da Silva fala em hibridização da identidade, uma mistura ou conjugação de diferentes raças e etnias. Contudo lembra que o hibridismo, em princípio benéfico por dissolver as barreiras do preconceito, é muitas vezes forçado. Ele está ligado ao movimento nômade, como na diáspora involuntária dos escravos para a América embranquecida, que presume um confronto de identidades. O que explicaria a distorção da visão de Freyre, que acreditava ter realmente uma nova concepção – menos egocêntrica, quer dizer, centrada nos brancos – da formação do povo brasileiro, mas que acabou por desencadear uma nova forma de Racismo, o que se faz escondido, disfarçado de valorização do mulato. E esta hibridização, esta mistura de identidades, está intimamente ligada ao poder, se sobrepõe à cultura quem tem o poder nas mãos.

Para compreender melhor essa hibridização da identidade dedicarei o primeiro capítulo à história dos negros no Brasil, para mostrar como a inferioridade do negro foi institucionalizada no país e como resquícios do tráfico negreiro podem ainda ser encontrados na mídia e no campo das idéias das sociedades modernas.

A pesquisadora Márcia Contins afirma que

O Racismo é instrumento imprescindível para a mídia realizar a seleção entre incluídos e excluídos. E isso não precisa sequer ocorrer de forma explícita: basta abandonar a população à própria sorte, à impunidade, ao olhar complacente sobre a violência: o olhar câmera de TV que imita e estimula o olhar da sociedade.⁴

E se imita o olhar da sociedade, a visão distante, é marcante o fato ocorrido em vinte e três de novembro de 2002. O Jornal Nacional, assistido por cerca de 40 milhões de pessoas e que completava trinta e cinco anos de exibição, foi apresentado pela primeira vez por um negro, o jornalista Heraldo Pereira. O fato causou um alvoroço na imprensa, antes mesmo do dia em que o jornalista iria ancorar o jornal – fato comum hoje, especialmente nos finais de semana -, programas vespertinos mostraram a vida do repórter-apresentador (fazendo a propaganda institucional e ao mesmo tempo “preparando o público” para o que ia acontecer) e depois revelando a repercussão sobre o que as pessoas em casa acharam – e a aceitação foi enorme. Mas o que intriga é: será que em 35 anos, em um jornal que é

⁴ Trabalho de pesquisa *Imprensa e discriminação racial no Brasil: perspectivas e dilemas da “ação afirmativa”* disposto no site: http://icd.ufrj.br/pacc/ciec/pesquisas/p18_s4_imprensaediscriminação.htm

exibido seis dias na semana, nunca havia surgido nenhum negro capaz de ancorar o jornal? Ou será que a sociedade não iria aceitar a presença de um negro na bancada considerada a mais importante do país?

A resposta da TV Globo para a ausência de negros em telejornais sempre foi a atuação da jornalista Glória Maria, que já apresenta o Fantástico – uma revista eletrônica – há 8 anos – e atua no telejornal como repórter desde 1990. Segundo Sodré (1999) “há algo aí do que se poderia chamar *know-how* norte-americano na gestão da imagem empresarial. Reserva-se um lugar para uma ‘*colored*’, a maneira do sistema de quotas, produzindo-se um simulacro profissional de democracia racial”. Mas Heraldo conseguiu também abrir um novo espaço na TV, que outros também estão aproveitando. Ele está fazendo história, assim como seus antepassados.

Contudo, o espaço não está sendo distribuído de maneira uniforme já que a Globo News não seguiu a linha de abertura à presença do negro que a Globo Rio imprimiu nos últimos anos. Nenhum afro-descendente desempenha a função de repórter ou apresentador, ou seja, não aparece frente às câmeras. Poderá ser verificado ainda que a maioria dos negros, neste canal especificamente, se concentra na “cozinha” como afirmava Sodré e ainda que a presença deles dentro da redação é muito pequena.

A motivação central foi ver que a ausência dos negros nas redações pode ocasionar uma cobertura negligente dos fatos que contemplam essa parcela da população e a reprodução de um discurso estereotipado, em grande parte pelo desconhecimento de sua existência, por parte da mídia televisiva. A constituição de espaços específicos para os afro-descendentes nas rotinas produtivas do telejornalismo é uma hipótese que esta pesquisa pretende verificar se é verdadeira – e, em caso afirmativo, ajudar a desvelar e a combater.

A pesquisa vai começar pelo relato histórico da trajetória do negro no Brasil, apoiado, principalmente, no relato minucioso de Roberto Moura sobre a evolução da cultura negra, extremamente rico em dados históricos e complementá-lo com pesquisas em diversas obras, incluindo livros didáticos.

No segundo capítulo, apoiado nas pesquisas e na análise de Muniz Sodré sobre negritude e mídia, apresentarei o veículo televisão, propriamente dito. Como e porque essa máquina causa tanta fascinação e como os negros aparecem – se é que estão presentes – nela.

No terceiro capítulo iremos olhar três formas especiais de segregação – o Racismo, o Sexismo e o Universalismo -, inseridas no modo de produção capitalista. A partir daí, apoiados na análise do discurso de Wallerstein, poderemos perceber como estas três formas se complementam e se cruzam através da questão da invisibilidade, quer no plano biológico, quer no sociológico. Essa união desemboca na violência racial, que não precisa necessariamente estar no campo prático. Ela pode ser feita de maneira muito sutil: basta negar o acesso de um grupo social a qualquer esfera de debate ou produção devido a uma característica física, seja a cor da pele ou o sexo. E, manter por décadas o ideal de que a culpa pela sua exclusão é deles próprios.

No quarto capítulo iremos pensar sobre as violências praticadas contra os negros e quais são as alternativas a elas e sobre uma nova forma de pensar ligada a mudança de atitudes por parte do governo e da sociedade. Começaremos pelos autores Iluministas- que mesmo sem perceber – ajudaram a moldar o ideal de raça. Depois trataremos dos escritores brasileiros que formataram a ideologia da “democracia racial”. Além deles, serão estudados neste capítulo os atos da sociedade contemporânea que reforçam estes ideais. Neste capítulo debateremos com autores como Tzvetan Todorov, Gislene Aparecida dos Santos, Flávio Carrança e Kabengele Munanga.

Por fim, no último capítulo olharemos como se dá o discurso do vice-diretor de jornalismo da Rede Globo de Televisão fora do ambiente televisivo. Através da observação dos artigos de Ali Kamel publicados no jornal O Globo tentaremos mostrar que a visão de uma pessoa na esfera de comando pode influenciar o discurso dos Departamentos de Jornalismo da emissora. E como isso pode afetar a presença e/ou participação dos negros nestes espaços.

História de segregação

Na metade do século XVI, chegaram ao Brasil as primeiras levas de escravos numericamente significativas. No começo, eram trocados no continente africano por aguardente, tabaco, instrumentos de metal e outros objetos de pouco valor para os portugueses, mas atraentes para os caçadores de negros. Os principais grupos negros trazidos para o Brasil foram os sudaneses originários da Nigéria, Daomé, Costa do Ouro; os bantos, de Angola, Congo, Moçambique; e os malês, sudaneses islamizados.

Cerca de 40% dos negros escravos morriam durante a viagem nos porões dos navios negreiros. E, apesar da grande resistência dos que conseguiram desembarcar na colônia, sobreviviam como escravos apenas de sete a dez anos. Do século XV ao XIX foram retirados da África cerca de 75 milhões de pessoas.

Esse relato histórico começa por Salvador. Dois motivos são especiais: a importância histórica da cidade, um dos principais centros receptores de escravos no Brasil, ao lado do Rio de Janeiro e do Recife, e porque a capital da Bahia é considerada a cidade mais negra do país, ilustrando perfeitamente as mudanças e os sofrimentos que os negros enfrentaram em todas as outras cidades pelas quais passaram. Outro ponto que merece citação são as revoltas. É importante destacar a importância das rebeliões a fim de auxiliar no combate à idéia de que os negros estão às margens da sociedade porque sempre aceitaram um papel secundário, sempre foram submissos aos desmandos dos brancos, o que é uma das maiores manipulações aceitas pelos historiadores.

Salvador: primeira capital, primeiro porto

Os primeiros africanos a chegarem ao porto de Salvador - a primeira capital brasileira - são “da Guiné”, o que significa que eram mandingas, berbecins, fêlupos, achatis, berberes e de outras etnias, genericamente conhecidos como bantos, que são esmagadora maioria em torno da Baía de Todos os Santos por décadas.

Mas a conquista pelo reino de Daomé de nações no norte da África imprime uma forte mudança no tráfico negreiro para Salvador. A partir daí, ocorre a chegada em massa na capital baiana de sudaneses e de povos de diferentes etnias do noroeste do continente africano. Iorubas e islâmicos transformariam as tradições festeiras dos bantos na cidade, em um encontro que criaria novas manifestações culturais nascidas em terras brasileiras.

Seus hábitos coletivos não se perdem em Salvador, mas seus vínculos familiares, que no caso dos Iorubas eram pontos de referência religiosa essenciais, são dilacerados. Assim, a cultura trazida é despreendida das formas sociais africanas, criando uma necessidade de recriação dos meios de convívio e organização da religião e fora de controle dos escravagistas.

A sobrevivência do negro escravizado aqui dependeria de sua repersonalização, da aceitação relativa de novas regras do jogo. Cada um deles viveu em duas comunidades diferentes: a branca e a de “homens ajuntados, vindos de diversas procedências, irmanados pela cor da pele e pela situação comum que redefinem suas tradições como escravos nessa sociedade paralela ao mundo ocidental cristão.” (MOURA, 1995)

Grande parte desses negros era trazida ao Brasil depois de serem aprisionados nas guerras santas (*Jihad*) africanas. Cada vez mais aportavam em Salvador islâmicos haussas e malês, que chegavam à capital baiana junto com seus adversários na África, iorubas e jejes.

Nos canaviais essa diferença terminava já que os castigos eram semelhantes a qualquer um de pele escura. Por isso a resistência se organizou logo, seja através do banzo – depressão causada pela saudade da terra natal -, seja pelo assassinato de senhores brancos ou pela fuga para os quilombos. O mais importante deles foi o de Palmares, em Alagoas e sul de Pernambuco – chegou a abrigar 20 mil escravos. Liderados por Ganga Zumba e depois por seu sobrinho Zumbi, os negros resistiram por quase um século (de 1600 a 1695). O quilombo foi arrasado por Domingos Jorge Velho – especialista em massacre de escravos em 1695. Zumbi só foi capturado um ano depois. Teve sua cabeça cortada e exposta em praça pública, em Olinda. Na época, o governador disse que o fato servia para “satisfazer os ofendidos e justamente queixosos e atemorizar os negros”.

O islamismo, aliado a visão de que se poderia construir uma sociedade diferente inspirado no exemplo de Palmares, com seu projeto político de um Estado a serviço da lei divina, passa a ter grande influência entre os escravos em Salvador, aumentando o número de rebeliões organizadas de negros na cidade. O negro sudanês islâmico é o artífice da resistência, se distinguindo não só dos brancos, mas também dos próprios negros inicialmente.

Numa tentativa de conter essas revoltas, as autoridades soteropolitanas permitem o encontro na Bahia de nações que eram rivais na África. Com isso, muitas rebeliões foram denunciadas por escravos adversários dos islâmicos. No entanto, essa política também proporcionou uma inevitável aproximação entre haussas e iorubas, que se reuniram pela

primeira vez em uma revolta em 1809. Já em 1835, um movimento contra o poder colonial une oito diferentes nações africanas, antes adversárias, mas obrigadas a conviverem juntas sob a situação escrava.

A extinção do tráfico negreiro inglês, em 1807, ocasiona novas mudanças no tráfico de escravos para o Brasil. Até a metade do século XIX, Portugal mantém a intensa negociação ilegal vindo da Costa da Mina com Daomé. Mas o tráfico legal só é permitido com as terras portuguesas da África, aumentando então o comércio de escravos da costa de Angola para o país.

São as contínuas revoltas negras em Salvador e a pressão internacional que, depois, forçam o governo imperial a aceitar o fim do tráfico, embora o comércio escravagista continue atuando internamente vendendo escravos do Nordeste para plantações de café no Sudeste e para as Minas Gerais. Isso faz com que, no início do século XIX, a capital baiana tivesse aproximadamente 500 mil escravos, contra cerca de 174 mil em 1874.

As condições de vidas nas minas chegavam a ser piores que nos canaviais. Nas minas a média de vida de um escravo girava entre dois e cinco anos. Contra os atos de rebeldia aplicavam-se as mais variadas torturas. Os negros podiam ser colocados no vira-mundo, instrumento de ferro no qual amarravam suas mãos e pés. Em outras ocasiões recebiam açoites com o bacalhau, um chicote de couro cru. Os atos de rebeldia considerados mais graves eram punidos com castração, amputação de seio e quebra de dentes a marteladas. Para os escravos negros, portanto, só o local de trabalho mudou, eles continuavam a ser a classe mais explorada.

Os africanos eram o alvo de maior atenção, pois eram apátridas, nem eleitores nem elegíveis, alijados de entrar em qualquer instituição nacional – a Carta de 1824, apelidada de “Constituição da Mandioca”, estabelecia uma quantidade mínima de alqueires do produto para ser eleitor e/ou elegível. Em 1831, é estabelecida a proibição de desembarque de africanos livres no país, o que vigora até 1868. Além disso, eles não podem adquirir bens imóveis e alugar ou arrendar casa, a não ser com autorização especial. Ou seja, são obrigados a morar nos guetos, sem a menor chance de representação nas esferas de poder.

Entre 1849 e 1853, o presidente da província da Bahia é Francisco Gonçalves Martins, chefe da polícia na época da maior revolta negra, a malê. Ele sustenta uma política de obsessão pelo perigo africano, coagindo muitos libertos a voltarem para a África, onde fundam as comunidades agudás, ou seja, de ex-escravos no Brasil.

Mas os negros também resistem para sobreviverem nos bairros populares. Algumas mulheres mantêm barracas e comércios de doces e quitutes, e outras trabalham ligadas às casas aristocráticas. Já alguns homens trabalham como carpinteiros, sapateiros e outros ofícios que tinham aprendido como escravos. Todas profissões de menor prestígio na sociedade.

Mas surgem oportunidades para alguns negros que ficam em Salvador. Muitos deles se alforriam, aumentando uma classe intersticial de negros livres que tomam as ruas com seus interesses e ofícios. Além disso, a migração do campo para a cidade se intensifica, e os recém-chegados disputam um insipiente mercado de trabalho com a crescente população de negros forros, agravando a situação de vida desses baianos.

Juntamente com as irmandades, surgem as primeiras instituições urbanas autônomas de negros: juntas de alforriados que apoiavam outros negros a comprarem sua liberdade. Por outro lado, alguns libertos se afastam de suas origens, e individualizando e mimetizando os brancos com o objetivo de ascender socialmente.

Já os mulatos eram naturalmente mais oprimidos do mundo dos brancos e alguns se tornam “*gentleman* de cor”, doutores e bacharéis de casaca e cartola. Mas eles não formavam uma classe à parte, pois poderiam ser encontrados na escravidão, nos ofícios mais populares e na alta sociedade e no Senado.

No entanto, afastados dos salões e escritórios, nas ruas do centro e na orla, que recriam suas tradições. Com a proibição do entrudo, em 1853, as manifestações negras são transferidas para o carnaval, que começa a ganhar as feições modernas dos blocos e cordões. Tornam-se comuns nos cantos das nações as giras de batuqueiros, a partir das quais surgirá o samba baiano, motivos desenvolvidos pelo coro e respondidos pelos solistas: o samba de roda.

Leis e líderes

Com o advento da revolução industrial a configuração geopolítica se alterou completamente. Mas a situação dos negros que sempre lutaram contra a escravidão; através de fugas, rebeliões, recusa de trabalho, formação de quilombos; continuava subjugado à legislação escravista e à repressão sistemática. Somente a partir de meados do século XIX são assinadas as primeiras leis antiescravistas. A primeira delas foi a Lei Eusébio de Queirós, decretada em 1850, que extinguiu o tráfico negreiro em nosso país.

A Lei Visconde do Rio Branco ou Lei do Ventre Livre estabelecia que a partir de 1871 todos os filhos de escravos seriam considerados livres, devendo os proprietários criá-los até os oito anos, quando poderiam entregá-los ao governo e receber uma indenização, ou mantê-los até os 21 anos, utilizando seus serviços como forma de compensar os gastos que haviam tido com seu sustento. Essa lei visava uma libertação lenta e gradual dos escravos, mas com indenização para os proprietários.

“A escravidão é um roubo”. Com esse lema, o deputado Jerônimo Sodré abriu oficialmente a campanha pela abolição, em 1879. Formaram-se logo duas tendências: a primeira, moderada, defendia o fim do escravismo por meio das leis imperiais. Seus principais representantes foram José do Patrocínio, Joaquim Nabuco e Jerônimo Sodré.

A segunda, mais radical, pregava que a abolição deveria ser conquistada pelos próprios escravos, estimulando as suas lutas de libertação. Seus defensores mais conhecidos foram o escritor Raul Pompéia, André Rebouças, Luís Gama e Antônio Bento.

A partir de 1880, o movimento abolicionista se intensificou com o crescimento do trabalho assalariado e das atividades industriais. A campanha concentrava-se nas cidades, onde, em comícios, festas beneficentes, quermesses e conferências, havia manifestações em favor da abolição. As idéias antiescravistas se difundiam pelos jornais, clubes e entidades abolicionistas.

Os mais variados setores da sociedade apoiaram a abolição. Jangadeiros, responsáveis pelo transportes dos escravos do Nordeste para a região Sul do país, entraram em greve. Grupos radicais como o Caifases de São Paulo se organizaram para auxiliar os negros nas fugas das fazendas, ou seja, partiram para atos concretos – o que acreditavam ser uma forma de mobilizar e acelerar decisões em prol do fim da escravidão.

A resposta governamental a essa ebulição de movimentos foi a Lei dos Sexagenários ou Lei Saraiva-Cotegipe, de 1885, a qual estabelecia a libertação dos escravos com mais de 65 anos. A lei foi apelidada de “a gargalhada nacional”. Rui Barbosa chegou a afirmar que era “uma afronta atirada às faces da nação”. Não é necessário dizer que praticamente nenhum escravo atingia tal idade. E os poucos que chegavam deixavam de ser um peso para os seus senhores já que eles não precisariam mais dar-lhes sustento.

O exército, que era obrigado a perseguir escravos fugitivos, lançou, em 1887, um documento assinado pelo marechal Osório, presidente do Clube Militar. Nesse documento o exército declarava que não desempenharia o papel de capitão do mato. Foi nesse contexto que foi assinada a Lei Áurea em 13 de maio de 1888. Mas o que seria a maior

conquista do movimento, ainda não unificado, mas já organizado, acabou por se desvalorizar já que os afro-descendentes foram largados a sua própria sorte. Nenhum auxílio governamental foi dado àqueles que nada possuíam, o que acabou os empurrando para os guetos das grandes cidades que começavam a se industrializar.

Rumo ao Rio de Janeiro

Mas os motins e as revoltas se espalham pela capital baiana devido às péssimas condições de vida de sua população, agravadas ainda mais na segunda metade do século XIX, empurrando uma migração sistemática para o Rio de Janeiro.

A Abolição da escravidão aumentou o fluxo de baianos que migraram para o Rio, numa pequena diáspora baiana na capital do país. A província do Rio de Janeiro, que tinha aproximadamente 119 mil escravos em 1844, passa a ter 300 mil 35 anos depois.

Eles se juntam a outros grupos que não param de chegar à cidade, como os imigrantes europeus – atraídos pelo crescimento urbano-industrial – e os imigrantes internos – expulsos do sertão pela seca ou ex-soldados da Guerra de Canudos.

A crescente migração para o Rio de Janeiro gera a necessidade de reformas na infra-estrutura da cidade. Pereira Passos é o responsável pelas obras de urbanização de uma cidade inchada pela corte portuguesa, pelos imigrantes negros e pelos sertanejos. Essas obras empregaram uma grande mão-de-obra disponível, mas não consideraram os problemas de moradia, abastecimento e transporte dos que foram deslocados dos bairros do centro para as periferias e para as favelas, que progressivamente vão tomando grandes áreas do Rio, definindo um padrão de ocupação e de convívio das classes na cidade que vai se tensionando ao longo do século.

O projeto definido para o Rio, portanto, enfatiza os interesses e as concepções das classes hegemônicas no governo. As obras deixam a margem um grande contingente de pessoas na base da sociedade, embora melhorem a vida de alguns trabalhadores assalariados, construindo vilas industriais. “A cidade sempre foi passiva em face das imposições da divisão social do trabalho, mas bastante ativa na organização das diferenças sociais (conseqüências das desigualdades na distribuição de renda) e na definição dos papéis e funções.” (SODRÉ, 1984)

A favela era a resposta paradigmática não só de seus moradores, mas também das autoridades, que sabiam que os que tinham sido empurrados para os morros estavam em

condições piores que nos antigos cortiços. Novas comunidades surgem no morro de São Carlos e no da Mangueira, se espalham por todos os morros do Centro e também alguns da Zona Sul, numa nova dinâmica social que transformaria a cidade e daria origem ao Rio de Janeiro moderno. Ou seja, fez-se um círculo vicioso que relegou toda uma raça às “periferias” da sociedade. Nessa função de reservar espaços especiais aos descendentes de africanos, a televisão e a palavra, associadas a um ideal seja ele explícito ou não, têm um papel fundamental.

Televisão, o espelho

O fenômeno televisivo é relativamente novo. Nos Estados Unidos as transmissões regulares só começaram em 1939. E no Brasil só em 1950 com a instalação da TV Tupi de Assis Chateaubriand que trouxe alguns aparelhos do América do Norte e os deu a elite paulistana. Mas na terra do tio Sam, na mesma época, já existem cem estações de televisão e doze milhões de aparelhos.

A popularidade deste veículo de comunicação espanta – com já foi citado, no Brasil existem mais televisores do que geladeiras – pelo fascínio que exerce sobre as pessoas. Mas isso pode ser contraditório já que uma das principais preocupações dos programas noticiosos, por exemplo, é evitar a fugacidade, a não-retenção, do telespectador diante das imagens. Como diz Muniz Sodré, “a continuidade das imagens de televisão, análogas de certo modo ao fluxo da consciência humana, arrebatam visualmente o espectador.” Sendo assim, podemos pensar que se vê TV, antes de verem o que está na tevê.

Muniz Sodré nomeia a televisão como “Máquina de Narciso”, baseando-se na versão de Ovídio para o mito. O fenômeno da fascinação consiste precisamente em saber que se é visto com intensidade, ou melhor, em se ver sendo visto. E é por isso que quem não se vê representado nas telas de uma tevê possui uma relação tão próxima com ela. Efetivamente, o homem só pode amar a si mesmo ou a seu semelhante (com o qual possa se identificar) ou então um ser transcendente capaz de essencializar a sua humanidade. A relação amorosa é uma relação em espelho: cada um extrai do outro a si mesmo, ou melhor, a imagem de si mesmo.

Se considerarmos, a partir da teoria psicanalítica, essa imagem como um *ideal do eu* (uma instância resultante do narcisismo e da identificação com os pais, a que o indivíduo tenta conformar-se no processo de constituição de sua identidade, um lugar de exigência, pertencente à ordem do simbólico) pode-se então dizer que no estado amoroso, o objeto amado toma o lugar do ideal do eu. Os indivíduos imaginam que aquele que está ali ancorando o jornal é uma figura mítica, capaz de fazer a produção diária de notícias de um produto televisivo sozinho. É a meta a ser atingida.

Grande parte da sedução, especialmente dos telejornais, está no fato de mostrar a realidade. Os indivíduos realmente acreditam que o Jornal Nacional, por exemplo, os informa de tudo o que é necessário saber. Na verdade, o olhar da tevê nunca é a realidade

completa já que deve passar pelo filtro de todos aqueles que ajudam a construir aquela matéria – ou VT, na linguagem das redações -, desde o cinegrafista até o editor de imagens, do repórter ao editor de texto. E assim, a televisão impõe sua visão, sua maneira peculiar de enxergar e transmitir aquilo a que se chama “realidade”.

Outro importante filtro no fechamento da pauta de um programa de televisão é a audiência presumida. O sucesso financeiro de um programa depende do índice fornecido pelo IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística - que mede, estimativamente, a quantidade de pessoas que estão com a televisão ligada em determinado canal naquele momento.⁵ Isso acarreta a produção de um texto que atinja o maior número possível de indivíduos, um discurso universalista que chegue ao “espectador médio”. No caso do Jornal Nacional, assistido por cerca de quarenta milhões de pessoas, ou no canal por assinatura Globo News que, tem como carros-chefe os telejornais – sejam eles “Jornal das Dez”, “Em Cima da Hora”, “Conta Corrente” ou especiais como o “Jornal da Copa” -, é muito difícil definir quem seriam os espectadores médios por terem um público muito heterogêneo. E assim também funciona a seleção de apresentadores. O público quer ver na sua casa um rosto amigo, uma voz afável com o qual se identifique, com a qual tenha empatia. Daí a segurança e a credibilidade de um William Bonner e de uma Fátima Bernardes – que além de parceiros de bancada, são casados o que transmite ao público um sentimento de pertencimento e de familiaridade dentro de um estúdio de tevê. Certo dia, durante a Copa do Mundo de 2006 na Alemanha quando Fátima Bernardes ancorava o JN (Jornal Nacional) do local de realização do evento, o público comentava: “Olha a carinha dele quando ela aparece, os olhos dele brilham. Deve estar morrendo de saudade”. Pode até ser verdade, mas um conhecedor dos meios de fazer jornal sabe que o olhar dele já era planejado anteriormente. Mas quem assiste ao jornal faz uma leitura diferente, olha o que quer ver. Para Umberto Eco, a ação do comunicador de tevê na transmissão é uma *mimesis* – imitação de comportamento, no sentido aristotélico – de experiências. Ou seja, a seleção de conteúdos e da forma como eles serão exibidos passa, necessariamente, pelas suas experiências pessoais. E estes dois pontos do debate são os principais problemas que justificam a ausência do negro no telejornalismo. Em primeiro lugar, devido à preocupação com a estética e com a aceitação do público, que impede o acesso do negro ao processo de produção da notícia. Em segundo lugar, devido à origem, posição e situação de classe dos

⁵ No Brasil existem dois tipos de medição. Um que chega apenas algumas horas depois e que é pesquisado em dez diferentes cidades do país e o instantâneo – ou *real time* – que é aferido somente em São Paulo.

profissionais responsáveis pelo conteúdo jornalístico que, não raro, estão completamente alheios à realidade cotidiana dos negros, que assim são afastados das redações e ficam alijados do combate à linguagem distorcida e de toda manipulação que é feita por meia da palavra.

Os estímulos para a formação do “eu ideal” partem de forças educativas: pais, professores, meio social e, modernamente, *mass-media*, o que dá uma medida da importância da dimensão social na constituição desse eu. Nesse jogo da imagem com o real, o olho fica em primeiro plano de importância, por ser o meio que registra e instaura a ilusão. Freud chega a dizer que “o pensamento visual se aproxima mais dos processos inconscientes do que o pensamento verbal e é mais antigo do que este, tanto do ponto de vista filogenético como ontogenético”. Está mais ligado a origem do ser e é mais presente durante todo o seu desenvolvimento. O olhar é um dos responsáveis, talvez o de maior relevância, pelo reconhecimento do eu.

Marshall McLuhan afirma que o alfabeto fonético, baseado em um encadeamento de símbolos gráficos, levou o pensamento a tornar-se cada vez mais abstrato – demonstrativo e racional – pois privilegiou a relação entre o olho e o cérebro, priorizando um dos sentidos. Isso teria encorajado o hábito de perceber o ambiente em termos visuais e espaciais contínuos. E este por sua vez converte-se num princípio organizador que para qualquer apresentação narrativa se faz necessário seguir uma lógica visual linear.

A televisão tem como princípio a dissociação entre o ver e ser visto. “A Máquina de Narciso” não permite uma interação, a não ser com quem está dentro do seu sistema. É uma via de mão única na comunicação, e se quem está fora do processo não tem como dialogar e o número de negros nas redações for reduzido o discurso de cunho racista permanecerá permeando as coberturas jornalísticas.

É por isso que o mais importante dizer que enquanto o número de negros nas redações for tão pequeno quanto hoje o discurso racista permanecerá permeando as pautas.

Na realidade, a “nova ordem” – o macrossistema televisivo – começa muito antes do surgimento da técnica eletrônica definida como “televisão” (o microssistema técnico): sua base psicossocial se estabelece com o fortalecimento do domínio visual e dos processos mecânicos de reprodução, paralelos às novas formas de urbanização.

A televisão atua através de simulacros, são recriações da realidade. Assim como a imagem de Narciso no lago é um duplo, ou seja, uma duplicação do real, as imagens no espelho televisivo também são. Essa nova *telerrealidade* é logo absorvida pelo poder que

ela dá. O poder da ubiquidade, da onipresença: o espectador sabe tudo porque pode estar presenciando os fatos que aconteceram em diversos, ou quase todos, os lugares do planeta, de maneira praticamente simultânea e instantânea – como, por exemplo, prometem fazer os canais de jornalismo 24 horas no ar, caso da Globo News.

Além deste poder, existe outra ponta do fascínio televisivo, ainda conectado com o mesmo. É a chamada *telepresença*. A televisão ocupa o lugar de uma companhia, a simples emissão de luz e áudio pelo aparelho de tevê serve para retirar as pessoas da solidão. Qual não foi meu espanto quando ao visitar um amigo que acabara de se mudar e ver que ele não tinha televisão: “Como você não tem televisão? Você não sente falta?”. Essa é a típica reação de subordinado à força do aparelho televisivo. A resposta: “Isso é proposital.” É uma fuga das garras sedutoras da imagem. Mas este caso é uma exceção dentro da atual sociedade, fortemente marcada pelo apelo e pela necessidade imagética.

Já o discurso tem como característica a redundância. Os programas são corrigidos ou reforçados de acordo com a audiência, que por sua vez confirmam ou alteram os investimentos publicitários, dos quais dependem os programas de tevê. Mas o que vale para o discurso vale também para as imagens. Percebi durante um ano e meio de trabalho em um canal fechado de televisão – a Globo News – a obsessão pela troca de imagens. Os jornais tem meia-hora de duração e começam de hora em hora, à exceção das 23 horas quando não há jornal porque o Jornal das 10 tem uma hora de duração – e por isso o trabalho é intenso, quase mecânico. Uma das principais funções dos estagiários do canal é ficar observando as agências de notícias internacionais – Reuters, APTN, EFE – a procura de novas informações, mas principalmente em busca de “boas” imagens. Grande parte das vezes em que o estagiário chama a atenção para um *take* a história não é tão interessante, mas vai ao ar porque a imagem é bonita ou causa impacto. A segunda função é trocar as imagens. Por exemplo, quando um correspondente oferece uma informação que as agências de notícia não divulgaram ainda – ou seja, não temos imagens do fato que ele está relatando – o canal usa como recurso o “santinho”: uma foto do jornalista ao lado de um mapa que destaca a cidade onde ele está baseado. Os editores-chefes têm uma atuação ambígua em relação a este recurso: em um primeiro momento ficam satisfeitos por estarem dando a notícia, mas pouco tempo depois começam a ficar ansiosos para que as imagens cheguem logo porque “ninguém agüenta mais esse santinho no ar, fica chato. Quem está em casa não gosta de ver essa imagem parada. Então se não tiver imagem nova, não vai

entrar no próximo jornal”.⁶ Isso reforça a idéia de que não importa qual seja a imagem, o importante é não ter um quadro parado, é preciso movimento de imagens.

O visual, o plástico, ganha prioridade sobre o textual, o verbo. Nisso, aliás, resulta o maior problema do afro-descendente na era contemporânea, que é por excelência a era do signo imagético. De tanto ter sua imagem reproduzida nas páginas destinadas ao relato das violências criminais, como vítima ou algoz, o afro-brasileiro acaba confundido com a própria imagem do crime. A ontologia pericial da criminalidade violenta no Brasil baseia-se na crença raciológica de uma suposta tendência ao crime que os negros teriam. Tal suposição uma vez foi “cientificamente” demonstrada, seja pelo “pai” da medicina legal no Brasil, o etnógrafo Nina Rodrigues, seja pelos bem-aceitos estudos de craniologia e outros delírios fundados e inspirados em Lombroso.

Como afirma Muniz Sodré, na era por excelência da imagem – multimídias, Internet, *networks* e uma multivariada de canais de transmissão e recepção de TVs – mais se acirram os embates entre os grupos historicamente discriminados e os detentores das condições que possibilitam a forma em que tais imagens serão divulgadas (SODRÉ, 1995). A nova fase de globalização da economia, com os avanços técnicos que a possibilitam, é um desafio para aqueles setores cujo processo de globalização os exclui ainda mais dos núcleos de decisão e poder.

Paralelamente à retórica liberal, as “atitudes” da mídia de massa no Brasil reproduzem estereótipos solidamente arraigados na mentalidade nacional. Os afro-descendentes são o Drácula da mídia brasileira, para usar uma expressão de Muniz Sodré para o mito do vampiro. A natureza do vampiro é a impossibilidade de ver-se refletido no espelho. No mundo das imagens, quem não aparece no espelho da mídia é como o Drácula do mito. No Brasil, ou o negro não se vê refletido ou a sua imagem ganha contornos construídos pelo imaginário do preconceito racial. Ele é reproduzido sim, mas quando isso ocorre, geralmente é em reforço ao estereótipo do negro lúgubre, lúdico e luxurioso (Conceição, 1996).

Diferentemente da idéia do Panóptico de Bentham, os novos esquemas de poder prescindem de um sistema controlador, já que sua estrutura não é mais uma verticalidade hierárquica, mas de uma circularização estabelecida pelo sistema organizador. Para isto, é

⁶ Declaração de um editor de texto de internacional ao responder pergunta do autor do trabalho: “Por que caiu o áudio do Jader (de Oliveira, correspondente em Londres)?”

necessário assegurar um conjunto de dissimetrias: entre produção e consumo, dirigentes e executantes, ver e ser visto, fala e resposta. E isso a televisão faz muito bem.

Racismo, Sexismo e Universalismo na lógica capitalista

Todo trabalho que pretende abordar a temática do Racismo, independente do recorte que faça, não pode, sob pena de fazer uma análise estanque e equivocada, esquecer que ele faz parte da dinâmica da sociedade capitalista, sendo não apenas um produto desta sociedade, mas também uma das bases de sustentação que permitiu seu surgimento e manutenção ao longo dos séculos. É essencial também associar o Racismo a outros elementos, para melhor compreendê-lo.

No livro “Capitalismo histórico e sociedade capitalista”, o sociólogo Immanuel Wallerstein fala sobre três elementos: o Universalismo, o Racismo e o Sexismo, mostrando como agem dentro do modo capitalista de produção. Para o autor, em um primeiro momento eles parecem configurar práticas opostas, porém, sua coexistência contraditória é uma ferramenta fundamental para o funcionamento do capitalismo. Universalismo, Racismo e Sexismo são ao mesmo tempo uma forma de manutenção da ordem e da reprodução social, e uma justificativa para as desigualdades inerentes a esse sistema.

O Universalismo é a peça chave da agenda geocultural que legitima o capitalismo histórico. Ao instituir o indivíduo como sujeito da história, as sociedades modernas substituíram os valores medievais por valores ditos universais, tais como a liberdade, e a igualdade, e ainda trocou a verdade pela fé, pela crença em uma verdade universal, neutra e absoluta: a ciência. Em nome da busca por essa verdade por natureza absoluta e, portanto transcultural, se estabeleceu uma forma de imperialismo cultural.

Isso permitiu a criação e expansão de um eficiente sistema interestatal para a acumulação de capital, uma vez que foi possível gerenciar e prever o comportamento das populações desse sistema ao longo do globo. Esses gerentes da divisão mundial do trabalho agiriam assimilados por essa cultura universal “neutra”.

Outro aspecto importante do Universalismo é que ao se passar a conceber o ser humano como detentor de características universais, permitiu-se que surgisse o que hoje conhecemos por meritocracia, ou seja: partindo do pressuposto de que os indivíduos têm as mesmas características e condições, justifica-se o sucesso econômico da minoria por seus méritos próprios, desconsiderando as diferentes condições históricas que são herdadas pelos indivíduos e que são em sua maioria a causa principal de seu sucesso ou fracasso econômico.

O Racismo e o Sexismo, do mesmo modo, justificam a posição dos que se encontram na parte de baixo da pirâmide social. Procura-se então orientar à visão da sociedade no sentido de acreditar que se um indivíduo não ascendeu economicamente por méritos próprios seria devido a suas características biológicas. Diz se, por exemplo, que uma pessoa é pobre por ser negra, ou ocupa um posto subalterno por ser mulher, e assim se impede que as pessoas tomem consciência do mecanismo que faz com que isso ocorra.

Esse mecanismo, grosso modo, utiliza-se do racismo e do Sexismo para a distribuição dos indivíduos na divisão social do trabalho, e viabiliza a manutenção da ordem social.

O critério étnico e sexual para a divisão das tarefas dentro do sistema permite uma maior mobilidade da força de trabalho e por conseqüência uma maior autonomia do capital em relação ao trabalho. Já a ordem social é mantida por uma espécie de hierarquização entre as etnias e os sexos, que faz com que exista um policiamento interno em uma clara lógica de “jogar dominado contra dominado”.

Embora pareçam contraditórias, as práticas do Racismo e do Universalismo funcionam conjuntamente não por serem complementares, mas por regularem uma à outra. Quando o Racismo torna-se exacerbado, podendo gerar um sistema com características de castas que fosse prejudicial aos acumuladores de capital, enfatiza-se o Universalismo atenuando-o. Por outro lado, usa-se o Racismo para impedir que o Universalismo avance na direção de um igualitarismo.

Para Wallerstein, a crença em uma verdade universal seria o “ópio do povo” e faria com que não se fizesse balanços desfavoráveis ao sistema. O mundo atual seria visto por muitos como único mundo possível, uma vez que ele seria fruto das ciências modernas, que nada mais fizeram do que agir em nome da e na busca da verdade absoluta.

O Racismo, por sua vez, leva inevitavelmente a uma análise simplista das relações sociais. O fato de os indivíduos de uma etnia encontrarem-se em posição desfavorável do ponto de vista econômico ocorre devido a uma série de situações historicamente herdadas que impedem sua ascensão social.

Os argumentos universalistas tornam-se inviáveis, portanto, uma vez que se os indivíduos são sujeitos da história, eles a fazem em condições históricas determinadas que variam em função da etnia, do lugar de origem e mesmo da evolução cultural pessoal de cada um, não podendo então a meritocracia estar fundamentada na igualdade de condições.

A análise de Immanuel Wallerstein, um dos herdeiros do neoestruturalismo marxista, poderia ser criticada por seu mecanicismo, mas diversos dos conceitos elaborados por ele foram imprescindíveis no desenvolvimento deste trabalho. A televisão foi durante o século XX e continua sendo atualmente um dos mais importantes meios de difusão e criação de identidade dos seres humanos. Ela é portanto uma agente do Universalismo. Além disso, quando se fala do Brasil, deve-se ter em conta que a integração nacional a partir da década de 60 está essencialmente ligada à expansão da rede Globo. Nesse aspecto entra também em questão o conceito racial, já que embora o Brasil seja um país mestiço, a questão étnica também está ligada a aspectos demográficos.

A questão da meritocracia será tratada quando falarmos especificamente sobre a escassez de trabalhadores negros nos telejornais. Ainda que de modo latente, sobrevivem argumentos que atestam que negros são menos capazes intelectualmente do que os brancos.

Idéias, atos, “raça”, inferioridade

Não se prefere parar os negros porque não há pessoas suspeitas, mas situações de suspeição. Uma das situações de suspeição muito utilizada como exemplo na Academia de Polícia Militar é a dos quatro crioulos dentro de um carro.

Coronel Élio Proni, PMSP

Alguns dos maiores orgulhos da sociedade brasileira têm sido a afirmação e a divulgação da sua suposta democracia racial, especialmente quando comparada a negrofobia da sociedade norte-americana ou o separatismo da África do Sul. Contudo, a discussão do Racismo no Brasil é um dilema, para não dizer um tabu, já que 89% dos brasileiros concordam que a sociedade é racista, mas apenas 10% admitem serem, eles mesmos, racistas, conforme constatou a pesquisa realizada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, por meio do Instituto de Pesquisas, o Datafolha (FSP, 1995: 13)

O que há de mais evidente nas atitudes dos brasileiros diante "do preconceito de cor" é a tendência a considerá-lo como algo ultrajante (para quem sofre) e degradante (para quem o pratica) (...) Portanto, o que fica no centro das preocupações, das apreensões e, mesmo, das obsessões é o "preconceito de ter preconceito" (Fernandes, *apud* Schwarcz e Queiroz, 1996: 13)

O exemplo citado na abertura do capítulo deixa claro qual é o pensamento dominante na polícia brasileira. Não se sabe qual é a filiação ideológica do coronel Élio Proni, autor da epígrafe deste capítulo, mas é fácil perceber, através dessa frase porque é que são sempre os negros que recebem a revista primeiro. É um fato concreto que o ideal racista está presente nos diversos segmentos da sociedade.

Tzvetan Todorov auxilia na definição de Racismo e racialismo:

Racismo em sua acepção corrente, designa dois domínios muito diferentes da realidade: trata-se, de um lado de um comportamento, feito, o mais das vezes, de ódio e desprezo com respeito a pessoas com características físicas bem definidas e diferentes das nossas; e, por outro lado, de uma ideologia, de uma doutrina referente às raças humanas. (Todorov, 1993)

O Racismo é um comportamento antigo e de extensão provavelmente universal; o

racialismo (idéias que justificam o Racismo) é um movimento de idéias nascido na Europa Ocidental, cujo grande período vai de meados do século XVIII a meados do século XX. O nascimento coincide justamente com aflorar da Época das Luzes. No período de tempo em que as idéias proliferavam abundantemente um ideal pode ser encontrado vagando: o da eugenia. A pré-concepção deste conceito remonta às idéias de Buffon que pregava a superioridade entre as raças. O reconhecimento de que existiriam raças mais evoluídas que outras desembocou no conceito de purificação da sociedade. Junto com as idéias que vinham da Igreja Católica, que sempre representou o bem, a paz, o céu com cores claras; enquanto o negro representava a impureza, o pecado, as trevas, era impossível que o negro não fosse identificado como algo negativo.

Ainda segundo Todorov todas as sociedades possuem as suas estratificações, de grupos heterogêneos que ocupam lugares diferentes na hierarquia social. Contudo, esse posicionamento não pode – ou pelo menos não deveria - ser imutável. O problema acontece “quando as diferenças sociais se superpõem por tempo suficiente às diferenças físicas”. Na medida em que isso ocorre nascem atitudes baseadas no sincretismo do social e do físico, como o Racismo e o Sexismo citados anteriormente.

Racismo sob as claras Luzes

O branco é o símbolo da divindade ou de Deus.

O negro é o símbolo do espírito do mal e do demônio.

O branco é o símbolo da luz...

O negro é o símbolo das trevas,
e as trevas exprimem simbolicamente o mal.

O branco é o emblema da harmonia.

O negro, o emblema do caos.

O branco significa a beleza suprema.

O negro, a feiúra.

O branco significa a perfeição.

O negro significa o vício.

O branco é o símbolo da inocência.

O negro, da culpabilidade, do pecado
ou da degradação moral.

O branco, cor sublime, indica a felicidade.

O negro, cor nefasta, indica a tristeza.

O combate do bem contra o mal é
indicado simbolicamente pela oposição
do negro colocado perto do branco.
Manual de Montabert⁷ redigido para artistas

As grandes descobertas do século XV colocaram em dúvida a origem comum da humanidade, colocando em debate a origem dos novos povos que haviam sido descobertos pelos europeus. Esses debates se desenrolaram principalmente na Península Ibérica, sob a óptica teológica. Os que defendiam a tese de que ameríndios e negros eram bestas, e não seres humanos, construíram argumentos para justificar e legitimar a prática da violência decorrente do processo de colonização. Os que sustentavam a tese de que eles eram humanos também tiveram que descobrir argumentos que provassem que eles eram descendentes de Adão. Contudo, a dignidade humana dos novos povos ficava vinculada à conversão ao Cristianismo.

Os ideais perduraram até o fim do século XVII, quando o pensamento Iluminista começou a questionar a teoria teológica-política de então. Nomes como Buffon, Diderot, Voltaire e Kant colocaram na baila das idéias a razão. Munidos dessa justificativa da “racionalidade universal” construída a partir dos filósofos ilustrados, diversos teóricos se lançaram na exploração dita científica dos povos não-europeus, incluídos entre eles os africanos negros. Apesar de serem divididos teoricamente em monogenistas e poligenistas, poderiam ser unificados na construção de um discurso que decretou a superioridade da chamada “raça branca” em relação às raças “negra” e “amarela”. A chave de seus argumentos encontra-se na utilização do conceito de raça, transportado da zoologia e da botânica para a nascente ciência do homem, o que lhes permitiu classificar a humanidade em três grandes raças hierarquizadas dentro de uma escala de valores, na qual a sua própria raça ocuparia uma posição superior. Buffon, por exemplo, ilustrado monogenista, defensor de uma origem comum para a humanidade, explicava a inferioridade dos negros africanos utilizando-se da teoria do clima: o excessivo calor dos trópicos teria afetado o desenvolvimento corporal, intelectual, moral e estético, ou seja, eram anormais e degenerados. Já Voltaire era um poligenista, defensor da diversidade da origem dos

⁷ Um dos mais respeitados pintores franceses do século XVII.

homens. Por isso alegava que a inferioridade do negro decorria de sua espécie originária, já que havia uma estrutura interna peculiar de cada raça.

Outro ponto que distanciava o pensamento desses iluministas era quanto o cruzamento das raças. Para Buffon, a única de forma de evoluir, e esta era uma das missões dos brancos, era a mestiçagem. Segundo ele, só através do cruzamento com os povos europeus é que os negros poderiam adquirir um pouco de conhecimento e avançar na tecnologia e na arte. Voltaire pensava justamente o contrário. Considerava a mestiçagem uma anomalia lamentável e acidental, sendo os mestiços frutos de uma relação sexual contra a natureza. Ou seja, o sangue negro deteriora o branco. O negro seria marcado pela imaginação, sensibilidade e sensualidade, e o branco pela inteligência, praticidade, ética e moral.

Não podemos esquecer que, em sua época, esses discursos foram considerados científicos e, portanto, sem base para questionamento. A atmosfera da racionalidade e da ciência alicerçada pela biologia engendraram uma ciência das raças, a raciologia que tinha como objetivo explicar a diversidade humana. Contudo, os argumentos utilizados para justificar quaisquer das teorias que surgiram eram falaciosos, para não dizer ideológicos, o que acabou desembocando em uma inacreditável hierarquização das raças. O determinismo biológico que pavimentou o caminho do racismo (ou Racismo científico) que até hoje pesa negativamente no futuro coletivo dos povos não-europeus, principalmente negros e índios e seus descendentes.

Em todos os tempos esta cor sempre esteve revestida de valores negativos nas línguas indo-européias. É desta maneira que em sânscrito, o branco simboliza a classe dos brâmanes, a mais elevada da sociedade. Em grego, o negro sugere uma mácula tanto moral quanto física; ele trai, igualmente, os homens de intenções sinistras. Os romanos não somaram a este vocábulo nenhum significado novo: para eles, o negro é signo de morte e de corrupção enquanto o branco representa a vida e a pureza. Os homens da Igreja, à procura de chaves e símbolos que revelassem os sentidos ocultos da natureza, fizeram do negro a representação do pecado e da maldição divina. (Cohen, *apud* Santos, 1987)

Para Todorov, as teorias racialistas (o estudo das raças), que começou no século da Luzes, têm um número coerente de proposições, que podem ser resumidas assim:

1. *A existência das raças*: afirmação de que existem grupos humanos com membros de características físicas semelhantes.
2. *A continuidade entre o físico e o moral*: a raça não se baseia apenas em características físicas; o racialista postula que há uma continuidade entre o físico e o moral, ou seja,

das diferenças físicas decorrem diferenças mentais transmitidas hereditariamente. Alguns pensadores atribuem diferenças culturais a fatores físicos, estabelecendo uma ordem causal entre eles

3. *A ação do grupo sobre o indivíduo*: o comportamento do indivíduo depende do grupo sociocultural (ou étnico) ao qual pertence.
4. *Hierarquia única de valores*: o racista usa uma hierarquia única de valores para elaborar juízos universais pelos quais qualifica uma raça como superior ou inferior a outra. Para Todorov, esta escala de valores é, na maioria das vezes, a origem do etnocentrismo.
5. *Política fundada sobre o saber*: o autor diz que as proposições de 1 a 4 apresentam-se como uma descrição do mundo, como constatação de fato. A quinta é uma conclusão elaborada a partir das anteriores – uma proposição doutrinal que estabelece que uma política deve ser engajada, colocando o mundo em harmonia com a descrição precedente.

No momento em que as teorias políticas ganham prática, o racismo se encontra com o Racismo.

A forma de pensar toma novos rumos com a descoberta da evolução. A ideal da perfectibilidade (associado agora à noção de evolução) pressupõe a existência de povos menos evoluídos, menos perfeitos, infantis. Se, para os iluministas, as desigualdades sociais apoiavam-se na diversidade humana ressaltando-a, para os evolucionistas e racistas do século XIX esta desigualdade social, de fato, inexistia, pois o evidente são as diferenças raciais expostas em distintas sociedades. Neste momento, a idéia de raça passa a funcionar como catalisador e solução para todos os problemas.

Segundo Michael Banton, em seu livro *A idéia de raça* (1977), a palavra raça começou a mudar de significação em meados do século XVIII seu sentido anterior, similar a linhagem (dotado de caráter histórico e mutável), vai perdendo importância e surge uma nova acepção, que é a de definir e separar tipos humanos (dotado de caráter biológico e imutável). O mundo foi dividido em raças e, já que era assim, caberia entender o porquê das diferenças raciais e compreender cada raça distintamente.

A cada raça cabe um lugar no mundo e seus direitos são definidos pelo grau de importância que detém na ordem evolutiva, cada raça teria um direito determinado por sua natureza.

Para Carl Gustav Carus, a humanidade divide-se em povos do dia (caucasianos), do crepúsculo oriental (mongóis, malaios, hindus, turcos e eslavos), do crepúsculo ocidental

(índios americanos) e povos da noite (africanos e australianos). O progresso segue, então, do Leste para o Oeste. Para outro teórico alemão, Gustav Klemm, a divisão da humanidade consiste em raças passivas e ativas. Os povos diferenciam-se em mentalidade e temperamento, sendo que seu desenvolvimento cultural ocorre através do casamento entre os povos, pela qual as raças passivas são penetradas pelas ativas.

Os darwinistas sociais, que pouca importância davam para a interferência divina nos processos naturais, acreditavam que as diferenças raciais observadas no corpo corresponderão às diferenças sociais não-observáveis, mas presentes no espírito.

Deslocando a questão da raça para o centro da história, tornou-se inevitável um ataque frontal às raças consideradas inferiores, fracas. O darwinismo social vem coroar de êxito a teoria das raças que vinha se desenvolvendo por mais de um século.

O que os darwinistas acrescentavam era a proposição de que o preconceito favorecia a evolução, ao manter separadas as populações e ao capacitar as raças emergentes para desenvolver completamente as suas capacidades especiais. (Banton, 1977)

Ao que tudo indica o Racismo foi inaugurado no século XIX, mas seus fundamentos foram lançados no século XVII. No século XIX, a teoria da distinção racial pautada na biologia, fortalecida, deu o estatuto final à ideologia de que a natureza forja alguns indivíduos ao comando e outros à obediência, que é identificada com a raça negra.

A extraordinária força de persuasão decorrente das principais ideologias do nosso tempo não é acidental. A persuasão não é possível sem que seu apelo corresponda às expectativas ou desejos ou, em outras palavras, a necessidades imediatas. Nessas questões, a plausibilidade não advém de fatos científicos, como vários cientistas gostariam que acreditássemos, nem de leis históricas, como pretendem os historiadores em seus esforços de descobrir a lei que leva as civilizações ao surgimento e ao declínio. Toda ideologia que se preza é criada, mantida e aperfeiçoada como arma política e não como doutrina teórica. (Arendt, 1998, p. 189)

Entretanto, a apresentação do aspecto científico que se oferece como suporte à ideologia racista é fundamental. Assim, a intelectualidade ajudou a tornar o fascínio e o mistério que a África despertava antes das Grandes Navegações em anormalidade e monstruosidade. Idéias muito bem-vindas na época em que a Europa expandia seu anseio Imperialista, seus interesses de dominação, conquista e usurpação das riquezas encontradas no continente negro.

“Democracia racial”

E no Brasil, uma país que se vangloria da democracia racial, quais são as idéias que influenciaram a inferioridade dos negros?

Começemos pela Abolição. O interesse da elite intelectual brasileira pelo movimento de emancipação dos negros no país foi altamente influenciado pelos ideais Iluministas. O liberalismo econômico, a igualdade de direitos, de liberdade eram os objetivos a serem alcançados, mas que estavam emperrados graças ao sistema colonial e ao trabalho escravo.

Um dos maiores defensores do fim do tráfico negreiro foi José Bonifácio. Ele escreveu um dos principais documentos contra a Escravidão – *Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura de 1823* -, mas apresenta ao mesmo tempo as ambigüidades tão comuns aos ilustrados. Defende veementemente a emancipação dos escravos, repetindo sistematicamente que nenhum homem tem o direito de possuir outro, porque um escravo não é uma coisa. Nesse ponto, ele humaniza o escravo e assim pode defender o fim da escravidão e o direito a propriedade e ao trabalho livre como forma de garantir a estabilidade sociopolítica e a prosperidade econômica. Da mesma forma como expõe a questão da liberdade, da prosperidade e da utilidade como indissociáveis à construção do Estado brasileiro como nação liberal, soma a problemática da emancipação à inferioridade dos negros quando se trata do desenvolvimento e do aperfeiçoamento dos cidadãos brasileiros.

Outro importante nome na defesa da abolição da escravatura é Louis Couty. Mas ele também representa um bom exemplo da mescla das idéias do Iluminismo com as do Liberalismo. Seus argumentos transitam e se apóiam ora nas teses de necessidade do progresso, da civilidade como sinais de superioridade, da liberdade e das teorias do direito natural, ora recorre à defesa da propriedade e do trabalho livre como única saída para o avanço das sociedades. Mas ele também foi influenciado, como autor do século XIX, pela ideologia positivista e evolucionista. Nas próprias palavras de Couty, os negros não têm habilidade para os trabalhos que requerem um esforço contínuo, regular e inteligente. Sendo assim, somente a colonização ou imigração de europeus evitaria a derrocada nacional.

Para completar o percurso pelas idéias brasileiras temos o não menos importante Gilberto Freyre. Em seu livro “Casa-grande e senzala”, o autor traz um importante

elemento que ainda não estava presente nas obras dos escritores até então. A importância de sua obra é inegável, serviu para trazer de novo à baila a questão do negro em um momento de silêncio no Brasil sobre o tema. Mas trouxe em uma ótica diferente: não era mais o escravo inferior, o cidadão de segunda classe, mas um dos elementos que através de sua cultura, influenciaram e contribuíram para a formação da nação brasileira. Neste sentido sua obra é louvável. O problema é que, ao mesmo tempo, ele lançou uma idéia que se perpetuaria: o mito da democracia racial brasileira. É fato que no Brasil não se tem tão claro os limites que separam brancos e negros como nos Estados Unidos ou na África do Sul – em tempos de *apartheid* -, exemplos de extremismos. Mas pesquisas comprovam a diferença salarial entre pessoas com mesma formação profissional e com cores de pele diferentes. Um branco ganha, em média, duas vezes e meia a mais que um negro nas mesmas condições de trabalho. Os pedidos de boa aparência nos anúncios de emprego quase sempre querem dizer que negros, gordos e feios não terão vez. A contribuição de Freyre à valorização do mestiço – o negro embranquecido – causou enormes prejuízos, sejam eles psicológicos ou econômicos, a todos os afro-descendentes.

Sobre o ideal racista universalista, predominante tanto nas idéias iluministas quanto no Brasil do século XIX – aí já associada aos ideais evolucionistas -, Munanga afirma:

Esse modelo supõe a negação absoluta da diferença, ou seja, uma avaliação negativa de qualquer diferença e sugere no limite um ideal implícito de homogeneidade que deveria se realizar pela miscigenação e pela assimilação cultural. A mestiçagem tanto biológica quanto cultural teria entre outras conseqüências a destruição da identidade racial e étnica dos grupos dominados, ou seja, o étnocídio...” (Munanga, 1999)

Podemos perceber ao longo da análise desses autores que a imagem do Brasil como símbolo da igualdade racial só pôde ser construída a partir da edificação de uma imagem negativa para os negros. Simultaneamente, foi-se construindo um ideário de submissão e dominação pautado na idéia de inferioridade, no desejo do branqueamento ou da mestiçagem. E a imagem do negro foi privada, gradativamente, de todos os signos de beleza estética, moral, material.

Reais atos racistas

Negros e pardos, somados, apesar de serem maioria na constituição da população brasileira, são tratados como minoria. Procura-se dissociar a atual situação dos problemas históricos de segregação e joga-se a questão no âmbito econômico para disfarçar a separação de cores. Assim, a ausência de ações afirmativas - como a reserva de vagas para negros nas universidades - é justificada: não há necessidade de tais medidas, já que a questão é social e não de raça. O que se esquece é que historicamente este grupo étnico foi relegado ao segundo plano econômica e socialmente e agora sofre as conseqüências de anos de esquecimento.

Outra afirmação dos que defendem a não-adoção de medidas que favoreçam a raça negra é que é impossível definir quem é negro no Brasil, já que a pesquisa realizada pelo IBGE em 1976 apontou 136 auto-definições de cor.

“A identidade e a consciência étnicas são profundamente escamoteadas pelos brasileiros”, escreve Clóvis Moura no seu comentário sobre o resultado do censo. Segundo Moura, isso “bem demonstra como brasileiro foge da sua verdade étnica, procurando, através de simbolismos de fuga, situar-se o mais possível próximo do modelo de cor tido como superior”.

É fácil saber onde estão os negros: basta fazer um recorte social das profissões de maior remuneração e maior necessidade de formação acadêmica.

Com essa delimitação racializada de lugares apropriados ou próprio aos "brancos" e, por exclusão, para a "massa dos negros-mestiços", onde o "mundo dos brancos" é considerado "superior" e o ideal a ser buscado pelos negros, esses últimos redem-se à cor/raça branca, autonegando-se ante a imagem negativa (e excluída) de si mesmos, fragmentando sua identidade no intuito de serem aceitos por e naquele mundo, dilacerando-se psicológica e fisicamente. Esse talvez seja um dos aspectos mais perversos da racialização: a busca constante e inquieta, pelo discriminado racialmente, da igualdade inatingível, uma vez que essa também é racializada. (Oliveira, Lima e Santos; 1998)

Essa justificativa ao mesmo tempo em que extingue a cor/raça no plano biológico, via mestiçagem, ele, conseqüentemente, dissimula a discriminação racial no plano sociológico. Como discriminar alguém que não existe? Se não é possível saber quem é negro no plano biológico, diante do alto grau de miscigenação no país, não é possível discriminá-lo no plano sociológico. Aqui se manifesta outra característica do mito da democracia racial brasileira: a invisibilidade da "massa dos negros-mestiços”.

Invisibilidade que nega a existência do negro, retirando deles a humanidade e tornando mais forte a discriminação contra os mesmo, porque é da essência do Racismo a desumanização do oprimido.

Ao longo desses anos tal violência foi qualificada como violência racial, por estar fundamentada no Racismo e na discriminação social. A violência racial é operada por diversos instrumentos de repressão, que vão desde os simbólicos (a exemplo das propagandas e comerciais, dos quais os negros estão ausentes ou aparecem em situações depreciativas, e da estereotipação dos negros nos programas fictícios) até os físicos (como as torturas praticadas por policiais).

Diferenças e mais diferenças

Em 1997 a ONU divulgou os resultados de uma pesquisa sobre o Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil. No cômputo geral, o país ficou em uma posição intermediária. Mas quando foram considerados somente os dados referentes a população negra o resultado foi alarmante: a qualidade de vida dos negros no Brasil é semelhante à dos países da África, a exemplo do Lesoto e Zimbábue. Não é uma similaridade casual: na África, como no Brasil, a mão colonizadora branca impôs a mesma violência étnico-racial contra os negros.

Outro dado que comprova a diferença entre brancos e negros foi divulgado pela Fundação IBGE. Na década de 1990, a média nacional em salários mínimos dos homens brancos era de 6,3 e dos negros de 2,9; as mulheres brancas ficavam com 3,6 e as negras com apenas 1,7 salário mínimo. Os brancos de uma maneira em geral ganham duas vezes mais que os negros. Que igualdade racial é essa?

É importante destacar aqui a participação da mulher na segregação do negro. Elas sofrem preconceito duplo: são marginalizadas pelo sexo (Sexismo) e pela cor (Racismo). Essa violação vem sendo exercida secularmente, desde o sistema escravocrata, quando as mulheres negras exerciam o papel de simples objetos sexuais e, muitas vezes, eram estupradas, violentadas, espancadas pelos senhores. Hoje, o exemplo mais característico dessa dupla violação está na forma como as mulheres negras são tratadas no âmbito do trabalho doméstico - com desrespeito, vítimas de abuso, violência sexual e física na casa dos patrões.

Uma outra forma de violência racial e simbólica praticada contra as mulheres negras

no Brasil é o uso abusivo de sua imagem/linguagem estereotipada pelos meios de comunicação de massa – *outdoor*, rádio e televisão -, com a permissividade do Estado que tem como objetivo propagar e vender uma pseudo-imagem da realidade brasileira, reativando o mito da democracia racial e contribuindo, assim, para a prostituição e o tráfico dessas mulheres negras discriminadas e humilhadas, publicamente, em outros países, como resultado das práticas de xenofobia, Racismo e Sexismo, associadas às imagens estigmatizadas construídas em relação à sua condição racial e de gênero.

Como consequência dessa violência racial, as mulheres negras assimilam por intermédio dos meios de comunicação e da escola os sentimentos de inferioridade e de auto-rejeição, causando danos à sua auto-estima e repassando para a família, especialmente para as crianças e meninas negras, a negação de sua identidade étnico-racial. É importante ressaltar que se não se tem exemplos dignos de admiração, especialmente nos *mass-media*, em quem essas crianças negras irão se espelhar? Afinal, só se vêem exaltadas na beleza da mulata, que aparece sempre sensual, como objeto sexual, legitimando a teoria de Voltaire de que o negro é marcado pela sensualidade e o branco pela moral e pela ética.

A entrada em cena do jornalista Heraldo Pereira na bancada do Jornal Nacional pode ajudar a modificar um pouco a realidade do negro na TV. Mais pelo valor simbólico que pelo valor prático. Talvez a aceitação dele na bancada mais importante do país possa estimular uma maior aceitação da pele negra por parte dos órgãos de seleção de profissionais, especialmente na própria mídia.

O trabalho de jornalistas negros nas redações, principalmente nos cargos de chefia, pode mudar o panorama do jornalismo. Afinal, como lembra bem Flávio Carrança poucos são os jovens que conseguem sair das faculdades e se profissionalizar. Menos ainda chegam aos cargos de comando, já que tem que enfrentar a barreira invisível do Racismo. E uma das consequências disso pode ser o desconhecimento dos assuntos de interesse da comunidade negra e a invisibilidade ou a reprodução de estereótipos na cobertura jornalística de temas relacionados a este segmento.

E esse desconhecimento foi mostrado nos dados sobre vítimas de homicídios coletados pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH, 1998) em jornais diários em 14 estados brasileiros. A pesquisa não deixou dúvidas: o noticiário omite a origem “racial” (ou a cor) das vítimas. Todas as tabelas que fazem o “recorte” por cor dos atingidos pela violência demonstram que, na maioria das vezes, “não consta” esse tipo de informação no noticiário.

Ianni (1987: 110) considerava tais omissões – a ausência de dados que relatem a presença/ausência de negros em estatísticas oficiais e de organizações de um modo em geral - a mais nítida expressão da ideologia racial do branco brasileiro das classes dominantes e dos intelectuais e técnicos que servem nas instituições de pesquisas governamentais e privadas, pois, para o autor, “suprimir os dados é um modo de suprimir os fatos. A precariedade das estatísticas permite negar ou minimizar os fatos”.

O trabalho negro na Globo News

A fonte desta pesquisa está intimamente ligada ao meu trabalho como estagiário na Globo News já há cerca de um ano e meio, desde fevereiro de 2005. Dentro desse período tive a oportunidade de conhecer profissionais de diversas áreas e em diferentes regimes de trabalho, pude observar o semblante de todos os jornalistas que trabalham na empresa. E este foi um dos motivos que me levaram ao desenvolvimento desta monografia, somado a minha postura ética diante de uma competição tão desigual.

A Globo News, o primeiro canal brasileiro de notícias 24 horas no ar, foi criada em 15 outubro de 1996 para dar ao telespectador notícias em tempo real e programas jornalísticos. O objetivo era aproveitar a estrutura oferecida pela TV Globo e suas afiliadas e que não estava sendo aproveitada. Como exemplos podemos citar o programa Via Brasil que é feito, desde o começo, com matérias geradas pelas praças e que não foram usadas nos telejornais da rede, e o programa Pelo Mundo, que usa imagens mandadas pela agência de notícia Reuters mas que não eram aproveitadas por não serem factuais. Outro ponto básico da estruturação do canal é a reapresentação de produtos como os telejornais de rede como o Jornal Nacional – que acabou sendo reprisado só no início do canal, sendo o horário preenchido pelo Jornal das Dez -, o Globo Rural, o Bom Dia Brasil e o Fantástico.

Ao mesmo tempo, a Rede Globo de Televisão teria, com a criação do canal, um novo produto a oferecer com uma grade horária mais flexível e, portanto, a possibilidade de uma cobertura jornalística mais instantânea. Esse produto atingiria principalmente uma elite econômica por ser um canal pago e, por isso, tornava-se uma empreitada muito atraente.

Para este projeto, juntaram-se profissionais experientes e reconhecidos no mercado de televisão com jovens talentosos e abertos a novas propostas. Fica implícito que foram chamados jornalistas que já não tinham mais espaço – ou foram demitidos - no núcleo de jornalismo da rede, mas que tinham a agilidade necessária para fazer um jornal por hora. É bem verdade que alguns foram excluídos devido aos altos salários que recebiam. Nesse caso a Globo News serviu como forma de pressionar e forçar uma redução salarial. O outro elo da corrente eram os jovens profissionais – em sua maioria recém-saídos das faculdades – que estavam dispostos a ingressar rapidamente no mercado de trabalho, mesmo que recebendo salários baixos. Essa comunhão entre uma estrutura montada e um baixo custo de produção possibilitou a criação da Globo News. Por isso, o canal é reconhecidamente um dos que mais contrata ex-estagiários.

“Na Globo News, o telespectador tem a possibilidade de assistir ao Em Cima da Hora, um telejornal marcado pela agilidade, com o resumo do que acontece no Brasil e no mundo e a cobertura ao vivo, direto de onde está a notícia. Pode também ir mais fundo, ter a análise e a opinião de comentaristas no Jornal das Dez e no Conta Corrente, especializado em economia e ainda assistir e participar de debates sobre as questões que mais interessam aos brasileiros”.⁸ Toda essa estrutura é mantida por uma equipe de cerca de cento e oitenta jornalistas.

Neste ponto buscarei descrever como é a estrutura de trabalho no canal. As redações ficam no terceiro andar da sede de jornalismo da TV Globo no Jardim Botânico, zona sul do Rio de Janeiro. O canal conta com dois estúdios. Um só para programas gravados – Espaço Aberto, principalmente e projetos especiais. O outro serve a todos os jornais da casa: “Em Cima da Hora”, “Conta Corrente”, “Jornal das Dez” e, mais recentemente, ao “Jornal da Copa” (que acabou deslocando o Conta Corrente para outro estúdio). Este estúdio tem como fundo a redação de Nacional – que na verdade comporta todos os editores de texto dos jornais acima citados, exceto o da Copa, além da produção Nacional. Esse é um fato interessante, já que mesmo fora de foco é muito fácil observar as características dos jornalistas que trabalham naquela redação.

Há ainda duas outras redações: uma onde ficam os editores dos programas como Almanaque, Arquivo N, Starte, Milênio, Sem Fronteiras e os responsáveis pelos “Espaço Aberto” produzidos no Rio (como o Esporte, Literatura, Mirian Leitão, Música). Na outra redação ficam os produtores da editoria Rio, os editores do Jornal da Copa, os editores do programa Pelo Mundo e também as cinco ilhas de edição do jornalismo e as duas ilhas de edição de programas – chamadas BVEs – além do tráfego de fitas.

Os estagiários são a possibilidade de renovação da mão-de-obra do canal. Dados empíricos mostram que a Globo News é a que mais contrata os jornalistas que um dia foram seus estagiários. Durante esses 18 meses de trabalho, exatamente dezoito estagiários passaram pelas três redações. Dentre eles não havia nenhum estudante de negro ou pardo.

A Globo News conta, atualmente, em seu quadro de funcionários com cerca de noventa jornalistas contratados ou prestadores de serviços atualmente, não incluídos apresentadores e repórteres. Apenas três tem pele escura. Um deles trabalha na madrugada (de meia-noite às seis da manhã) e os outros dois ficam na redação de programas, bem longe das câmeras, sintoma da invisibilidade.

⁸ Retirado do site <http://Globo News.globo.com/Jornalismo/Gnews>.

Apresentadores e repórteres que ficam aqui no Rio de Janeiro⁹ somam um total de vinte profissionais. Dentre eles, que são os que efetivamente aparecem no vídeo, também não há nenhum afro-descendente.

São utilizados na confecção das matérias cerca de trinta editores de imagens. Nesta ponta do jornalismo encontramos dois editores negros ou pardos. Mas a massa realmente significativa de negros está no tráfego de fitas. Talvez pelo chefe deste setor na Globo News ser um afro-descendente, o que foi observado é que neste meio tempo o número de funcionários quadruplicou - o número passou de dois para oito negros trabalhando durante o dia, em um total de doze funcionários.

Na soma geral das três redações, chegamos a um número bem maior que o relatado no Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho em 2000. Essa pesquisa mostrou que dos 2591 jornalistas que responderam a pesquisa no Rio de Janeiro, 1,16% se disseram negros, contra 73,29% de brancos. Nas estatísticas da Globo News vemos que 7,64% dos funcionários que trabalham nos locais citados são negros. Contudo se não contabilizarmos os que trabalham na “cozinha” – editores de imagem e pessoal do tráfego - teremos um número bem mais realista: apenas 2,34% dos jornalistas da Globo News são negros.

É bem verdade que a pesquisa está baseada na experiência cotidiana de um trabalhador envolvido com as questões relativas a democratização racial. Mas aqueles que, como eu, não compactuam com os que acham que é impossível definir quem é negro no Brasil sabem a relevância dos dados apresentados. Para mim, é preocupante que um canal de jornalismo vinte e quatro horas no ar tenha pouco mais de dois por cento de negros e pardos no seu quadro de funcionários e nenhum dentre os editores dos jornais. Assim, é muito difícil acreditar que a Globo News adote uma linguagem livre dos preconceitos e faça uma boa cobertura das notícias que envolvem a população negra, nas favelas ou nos guetos da baixada, nos quais os negros foram confinados ao longo do tempo.

⁹ Programas como o Via Brasil recebem reportagens de praças no país inteiro por isso não tem como ser contabilizados. O Jornal das Dez possui apresentadores em Nova Yorke, Brasília e São Paulo, além do Rio. Estes foram descartados para uma melhor análise. Assim como repórteres de outras praças e da rede que possam, por força dos fatos, aparecer nos jornais da casa.

Discurso da casa

Até que ponto as diferentes visões de mundo dos diretores podem influenciar a cobertura de um assunto, de uma pauta? Observando artigos publicados pelo jornalista Ali Kamel no O Globo podemos observar a distorção da visão do vice-diretor de jornalismo. O ideal do branqueamento, a valorização do mestiço está sempre presente em seu discurso. Como aparece em seu artigo intitulado “Não ao estatuto racial”:

Será o fim do país que se orgulhava de sua miscigenação, que sabia que ninguém é inteiramente branco ou inteiramente preto, que tinha orgulho de seu largo gradiente de cores. Seremos transformados num país bicolor, num país não de brasileiros simplesmente, mas de brasileiros negros, de um lado, e brasileiros brancos, do outro. E a suposição será a de que os dois lados não se entendem. (O Globo, Opinião, 29 de novembro de 2005)

Kamel acredita que a imprensa é a responsável pela criação do ideal de raça. Como buscamos apresentar nesta monografia as idéias sobre a diferença cultural através de características fenotípicas vem desde a Época das Luzes. Mas em outro artigo, o segundo mais importante diretor do jornalismo da TV Globo escreve:

Há uma semana, o IBGE divulgou pesquisa sobre emprego e raça, e os jornais concluíram que os dados "comprovavam" que os negros são discriminados no mercado de trabalho. Foi um erro, um passo além do que os números permitiam dizer. A pesquisa revelou que os negros - a soma de pretos e pardos - são a maioria dos desempregados, têm as piores ocupações e ganham a metade do salário dos brancos (essa ficção, quem é branco no Brasil?). Mas nada no estudo permitia dizer que os negros estão nessa condição porque o Brasil é racista ou porque os brancos são racistas ou porque os empregadores discriminam os negros. (O Globo, Opinião, 15 de junho de 2004)

(...)

Daqui a pouco, anotem, haverá quem proponha uma lei estabelecendo aumento salarial de não sei quantos por cento aos negros para que a distorção salarial seja sanada. Para parecer sensata, a proposta será de pequenos aumentos anuais por um prazo de x anos, até que negros e brancos ganhem salários iguais. Se os negros no Brasil ganham menos porque são discriminados, nada mais correto do que corrigir a situação por decreto. (O Globo, Opinião, 15 de junho de 2004)

O jornalista se coloca contra qualquer medida que pretenda diminuir o abismo econômico e social que existe entre brancos e negros. Defende que a questão é entre pobres e ricos. E entre a população menos favorecida economicamente, os negros são maioria, o

que os priva do acesso à boa educação, diminuindo sua chance no mercado de trabalho, etc. Em parte, o jornalista tem razão: a maioria das pessoas que vivem na linha da pobreza é negra. Mas não é só esta parcela que sofre preconceito, nem os afro-descendentes que tiveram a oportunidade de cursar uma boa faculdade são absorvidos pelo mercado. José Luis Petruccelli exemplifica, em uma matéria no Jornal dos Economistas, que “os negros aparecem em maior percentual entre os que ganham menos e, à medida em que conseguem estudar mais, maiores são as diferenças com a participação dos brancos, dentro das mesmas faixas de rendimento”. Esse dado deixa claro que não adianta somente aumentar os anos de estudo - o acesso aos melhores empregos ainda estão limitados racialmente. O investimento em educação realmente é a melhor solução para o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária, menos segregada racialmente. Contudo, pode se argumentar que:

Mesmo se hoje comessem a ser feitos investimentos maciços em educação, esta seria toda uma geração – 2 milhões de pretos e pardos entre 18 e 24 anos que concluíram o ensino médio e não ingressaram na universidade – perdida e o país teia ainda que esperar por uns 20 anos até, 2025, para que os jovens - negros e brancos, pobres e não pobres – possam vir a se candidatar, melhor preparados, a vagas nas universidades com possibilidades mais equilibradas de ingressar. (Jornal dos Economistas, Questão de cor, 13 de maio de 2005)

Medidas urgentes precisam ser adotadas para que um contingente desse tamanho não apenas reproduza as desigualdades existentes, mas tenham a oportunidade de modificar sua realidade. Medidas como o Estatuto Racial que reservava alguns benefícios para a população negra. Um conjunto de leis que Kamel condenou.

É um outro Brasil que este estatuto quer fundar. O que os brasileiros precisam decidir é se desejam este novo Brasil. Meu palpite é que se o tema fosse posto em referendo, com campanhas esclarecedoras de ambas as partes, o resultado mostraria que ainda sonhamos com o ideal de uma nação orgulhosa de sua miscigenação, em que raça e cor não importam. Mas não defendo um referendo. Nossos representantes no Congresso têm a legitimidade para decidir. E espero que tenham a coragem de agir a despeito de grupos de pressão, por mais barulhentos que eles sejam. (O Globo, Opinião, 29 de novembro de 2005)

Este trecho do discurso deixa claro que o jornalista não aceita a pressão dos movimentos organizados. Exige que o governo tenha independência e mantenha o orgulho brasileiro de ser um país mestiço.

Deixaremos de ser a nação orgulhosa de sua miscigenação para passar a ser um país bicolor, cindido racialmente entre brancos e negros. (O Globo, Opinião, 8 de março de 2005)

A cisão entre brancos e negros alardeada por Ali Kamel já acontece, mas de maneira sutil. O Censo Demográfico de 2000 mostrou que, entre a população de 25 anos ou mais de idade, um em cada 10 brancos aparece com ensino superior concluído, enquanto apenas um de cada 50 negros consegue o mesmo nível de educação. Mas segundo o jornalista, esse dado não é exemplo de Racismo.

O que a universidade faz é preservar o sistema de mérito: entram os melhores, independentemente da cor. Não há Racismo, é justamente o contrário: ali não há filtro racial. (O Globo, Opinião, 8 de março de 2005)

Ora, como afirmar que não há filtro racial se cinco vezes menos negros conseguem ter acesso a um nível razoável de educação? Kamel admite, contudo, que há Racismo no Brasil, mas não acredita que esse seja um traço indelével da nossa sociedade.

O Racismo sempre é de pessoas sobre pessoas, e ele existe aqui como em todas as partes do mundo. Mas não é um traço dominante de nossa identidade nacional. Por outro lado, nossas instituições são completamente abertas a pessoas de todas as cores, nosso arcabouço jurídico-institucional é todo ele a-racial. Toda forma de discriminação racial é combatida em lei. (O Globo, Opinião, 8 de março de 2005)

A discriminação racial é combatida na teoria. A solicitação de boa aparência, todos sabemos, é uma das formas mais usadas para excluir os afro-descendentes. Como bem definiu Ali Kamel, “raça será sempre uma construção cultural e ideológica para que uns dominem outros”. E a negação da existência de discursos que justifiquem esse ideal é um passo decisivo para a manutenção dos regimes de dominação.

Conclusão

Busquei mostrar, com esta pesquisa, que a história dos negros no Brasil é um dado a ser considerado em qualquer análise que se pretenda realizar acerca da atual situação dos afro-descendentes. Busquei apresentar as diferentes etnias que chegaram ao país, como elas foram agrupadas de modo a fazer com que tribos rivais na África se mantivessem unidas para diminuir a chance de organização de motins e revoltas. Como sua cultura foi dilacerada e como eles precisaram se reorganizar como sociedade, deixando de lado as diferenças trazidas de sua terra natal. Tiveram que se unir para lutar contra um mal comum: a escravidão. Nunca deixando de lado os seus rituais e criando dois dos maiores traços da cultura brasileira: a capoeira e o samba.

Assim, hoje, se faz necessária também a união dos órgãos governamentais responsáveis, de grupos organizados da sociedade civil e de pessoas que tenham compromisso com a construção de um país democrático e verdadeiramente igualitário social e racialmente, que devem buscar sacudir a poeira de quatro séculos de exploração e mudar o panorama cantado pelo “Rappa”:

Quem segurava com força a chibata,
Agora usa farda,
Engatilha a macaca,
E escolhe sempre primeiro o negro pra passar a revista.

As provas empíricas de que a “democracia racial” brasileira não existe são muitas. Além do que foi relatado nesta monografia – e sintetizado nos versos da música “Todo camburão tem um pouco de navio negreiro” -, a realidade é que a maioria dos negros continua morando nas favelas ou nos guetos, e que existem diferenças gritantes nos salários, Índices de Desenvolvimento Humano que se assemelham aos piores da África e da Ásia, e um número de homicídios bem mais alto em comparação com os brancos. Os fatos sociais, por vezes mais que os números, comprovam a segregação. Fatos e números deixam claro, também, a vergonha das pessoas em se declararem negras, como mostrou o censo de 1976.

Isso faz parte de um contexto maior, uma teia sociológica com discurso bem definido. Palavras transmitidas sem muita reflexão pela televisão, especialmente pelos jornalistas, seja omitindo a cor da vítima ou dos presos pela polícia nas páginas policiais

como foi apresentado pelo MNDH, seja estando longe da realidade dos negros, como procurei explicitar nos meus comentários sobre a situação dos trabalhadores negros na Globo News. Ausência é sinônimo de distância.

Distância que é a base da televisão. A dessimetria entre ver e ser visto, a criação da telerrealidade, a comparação com Drácula – que não pode se ver no espelho – são alguns símbolos dessa televisão que tanto fascina e que é o principal veículo de comunicação do país. Brasil de setenta milhões de negros que são tratados como minoria, que sempre foram alijados do poder e transcorridos mais de cem anos da Abolição – que os relegou à própria sorte – continuam longe das esferas de decisão e poder. Praticamente não há jornalistas negros nas redações da Globo News. Na direção, efetivamente, não existe um negro. E, além disso, o diretor executivo de jornalismo da Rede Globo de Televisão, Ali Kamel, opõe-se à adoção “ações afirmativas” e, mais que isso, afirma que o verdadeiro problema é social e não racial, como pode ser verificado em suas colunas no Jornal O Globo.

Contudo, a trajetória argumentativa do jornalista Ali Kamel não fazia parte originalmente do *corpus* da análise que pretendia ser apenas quantitativa, e associar os dados obtidos com outros de pesquisas de vários órgãos e com as perspectivas teóricas dos autores ouvidos durante a monografia. Acredito que o cruzamento deixou claro qual a ideologia dominante. Defendo ações afirmativas que contribuam para aumentar o número de negros nas universidades. Este é um passo inicial, que já mudou as características das universidades nas quais foi adotado o sistema de cotas. E quem sabe possa mudar também o perfil dos que estão nas altas esferas de decisão e poder, em todo e qualquer setor da sociedade.

Alguns pesquisadores, como Rosana Heringer¹⁰, defendem que “uma agenda de promoção da igualdade racial e superação do racismo deve incluir também ações de conscientização, sensibilização e educação voltadas para a denúncia do racismo e do preconceito e a punição destas práticas”¹¹. Sem um movimento em torno da mudança do ideal de inferioridade e da lógica da invisibilidade, o negro - que porventura conseguir se beneficiar das “estratégias de combate direto” à discriminação chegarem aos cargos de chefia - continuará sendo alvo de discriminação, até piores dos que as vividas hoje. Essa educação anti-racista deve ser dada nos mais diversos contextos educacionais: escolas, convivência familiar, entre amigos, nas igrejas, nas organizações comunitárias e nos locais

¹⁰ Socióloga e coordenadora de *Programas da ActionAid Brasil*.

¹¹ O Globo, Opinião, página 7. 22 de junho de 2006.

de trabalho. O abismo entre a presença/ausência de brancos e negros nos locais de trabalho é tão grande que só o crescimento de mão-de-obra qualificada não é o bastante para uma mudança nas características de ocupação dos espaços profissionais. A educação é arma imprescindível para que as novas gerações estejam mais conscientes e mais preparadas para enfrentar - no caso dos negros - e para não reproduzir - no caso dos brancos - a violência racial, o preconceito e o Racismo que as atuais sofrem.

Será o tempo em que conseguiremos diminuir a seleção pela cor e valorizar a capacidade das pessoas, rumo a uma verdadeira democracia racial. Será o tempo em que músicas associando camburão à navio negreiro farão parte da antologia da música popular brasileira.

Mas até lá...:

“A viatura foi chegando foi chegando devagar

E de repente resolveu me parar.

Um dos caras saiu de lá gritando:

Aí “cumpadi” se perdeu

Se eu tiver que procurar você tá fodido

É melhor ir deixando esse flagrante comigo.

No início eram três, depois vieram mais quatro,

Agora eram sete samurais da extorção,

Vasculhando meu carro,

Metendo a mão no meu bolso,

Cheirando a minha mão.

De geração em geração

Todos no bairro já conhecem essa lição.”

Referências Bibliográficas

- ARENDDT, Hannah. *“As origens do totalitarismo”*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- BANTON, Michael. *“A idéia de raça”*. Lisboa, Edições 70, 1977.
- CARRANÇA, Flávio, BORGES, Rosane da Silva. *“Espelho Infiel: o negro no jornalismo brasileiro”*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, 2004.
- CONCEIÇÃO, Fernando. “Mordendo um cachorro por dia”. Em Kabengele Munanga. (Org.) *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- COSTA, Luis César Amad, MELLO, Leonel Itaussu. *“História do Brasil”*. São Paulo, Scipione, 1999.
- FREYRE, Gilberto. *“Casa-grande e senzala”*. Brasília, Ed. da UnB, 1963.
- HASENBALG, Carlos A. “O contexto das desigualdades raciais”. Em Jessé Souza (org.). *Multiculturalismo e racismo. Uma comparação Brasil-Estados Unidos*. Brasília, Paralelo 15, 1997, pp. 63-68.
- FOLHA DE S. PAULO. 21/11/1995.
- IANNI, Octavio. *Raças e classes sociais no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- MOURA, Roberto. *“Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro”*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura: Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural: Divisão de Editoração, 1995.
- MUNANGA, Kabengele. *“Rediscutindo a mestiçagem no Brasil”*. Petrópolis, Vozes, 1999.
- OLIVEIRA, Dijaci David de ... [et al.] organizadores. *A cor do medo; homicídios e relações raciais no Brasil*. Brasília, Editora da UnB; Goiânia, Editora UFG, 1998.
- SANTOS, Gislene Aparecida dos. *“A invenção do ‘ser negro’: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros”*. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: pallas, 2002.
- SANTOS, Luiz Antônio de Castro. *“E Pernambuco falou para o mundo”*. Novos Estudos Cebrap. São Paulo, n. 16, 1987
- SCHWARCZ, Lilia M. e QUEIROZ, Renato da S. *Raça e diversidade*. São Paulo: Edusp, 1996, pp. 213-229.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (org.), HALL, Stuart, WOODWARD, Kathryn. *“Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais”*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SODRÉ, Muniz. “Uma genealogia das imagens do racismo”. *Folha de São Paulo* (Caderno Mais!), mar./1995.

_____. “*A máquina de Narciso; Televisão, Indivíduo e Poder no Brasil*”. Rio de Janeiro, Achiamé, 1984.

_____. “*O social irradiado: violência urbana, negrotesco e mídia*”. São Paulo, Cortez, 1992.

_____. “*A comunicação do grotesco; Introdução à cultura de massa brasileira*”. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975.

_____. “*Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*”. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

TODOROV, Tzvetan. “*Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*”. tradução Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1993.

WALLERSTEIN, Immanuel. “*Capitalismo Histórico e civilização capitalista*”. tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Contraponto, 2001.

WWW.COMCIENCIA.COM, visitado em 5 de dezembro de 2005

WWW.FACOM.UFBA.BR/ETNOMIDIA/ACOR, visitado em 5 de dezembro de 2005